A Pós Graduação em Ciências Sociais no Brasil

Simon Schwartzman[1]

Apresentação feita na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, Natal, Março de 1980.

As ciências sociais no Brasil, se beneficiaram com muito com a criação do sistema de pós-graduação. no Brasil nos últimos 15 anos . Este é um fato muito importante, e várias das críticas, problemas e dificuldades que estarei discutindo mais adiante precisam ser vistos nesta perspectiva. Eu não gostaria que minha apresentação fosse interpretada como se eu tivesse propondo a redução dos recursos ou o enfraquecimento, de alguma maneira, da pós-graduação. Mas me parece muito importante também que não tenhamos complacência com nós mesmos, e não é possível ocultar os problemas existentes em nome dos méritos que a pós-graduação tem.

Os físicos dizem que não existem cursos de pós-graduação de má qualidade em sua área e me parece maravilhoso que seja assim; mas infelizmente, sabemos que isso não se repete com outras áreas. Nas ciências sociais, pelas avaliações existentes, sabemos que 25 % dos cursos tem boa qualidade e que os outros 75 % têm qualidade má. Defender cegamente estes programas de má qualidade me parece uma política suicida, que leva à desmoralização da área e dá argumentos aos que se opõem ao desenvolvimento da pós-graduação e em especialmente da área de ciências sociais, que estão mais interessados em atrapalhar do que em melhorar o que temos.

A pós-graduação nessas das ciências sociais se fez nos escombros de muito que já havia no Brasil em ciências politicas e sociais até o inicio dos anos 60. A Universidade de São Paulo é uma exceção porque, apesar de algumas baixas importantes, ela manteve alguma continuidade com o que havia se iniciado desde os anos 30, mas em outros lugares como no Rio de Janeiro e em outros centros do pais

[1] Transcrição de apresentação oral, editada em 2011.

os novos programas de pós graduação começaram como uma espécie de *tábula rasa*, muitas vezes com pessoas formdas no exterior sem com nenhum cantato com gerações anteriores, com o trabalho nunca havia sido feito até então. Creio que levou vários anos de maturação dessa nova geração de cientistas sociais para que eles pudessem perceber que tinham uma tarefa importante que era retomar o fio da meada com a tradição de pensamento politico e social que o país já tinha. Hoje, na literatura gerada por esses programas de pós-graduação em ciências politicas e sociais, vamos encontrar um número crescente de trabalhos que buscam retomar o fio da tradição intelectual que sem a qual a atividade em ciências sociais não pode existir.

Nos últimos tempos a sociologia no Brasil sofreu uma perda de substância muito grande, como resultado de várias coisas, algumas mais obvias, outras menos. Ela foi vitima certamente do pensamento obscurantista que olha com suspeita qualquer pessoa preocupada com ciências sociais, que pensam que socialismo e sociologia é a mesma coisa. Esse tipo de obscurantismo leva a negar recursos e apoio para a as ciências sociais. Entretanto, as ciências sociais como um todo tiveram mais recursos nesses últimos anos do que no passado, na medida em que receberam uma pequena parcela do que foi investido no desenvolvimento científico e tecnológico do pais, o que para as ciências sociais, que custam barato, foi bastante significativo. Na medida em que as demais áreas de pesquisa e pós-graduação cresceram, as ciências sociais também cresceram na mesma forma.

Ao mesmo tempo, as ciências sociais foram vítimas dos próprios cientistas sociais, na medida em que desenvolveram uma espécie de ideologia segundo q qual todos os problemas se resolvem na esfera do poder político ou do poder econômico, fazendo com que deixasse de ser importante olhar para os fenômenos sociais enquanto tais. Esta maneira de pensar passou a ter uma vigência muito grande em todo o espectro ideológico, e o abandono do estudo da sociedade pela sociologia foi compensado em certa medida pela antropologia, que no início se orientava quase que exclusivamente para o estudo de sociedades primitivas e indígenas, mas passou a se dedicar cada vez ao estudo das sociedades modernas e urbanas.

Existe uma outra dificuldade, esta não exclusiva das ciências sociais, que foi que os programas de pós-graduação se transformaram em uma via de profissionalização para o mercado de trabalho. Se antes a expectativa era que as pessoas adquirissem um título profissional válido depois de quatro anos de estudo, agora, em algumas áreas, os mestrados passaram a ser o lugar em que as pessoas adquirem os conhecimentos e competências que deveriam ter adquirido nos cursos de graduação.

Isto não seria um problema não fosse o fato de que os cursos de graduação em ciências sociais se expandiram muito nos últimos anos, e seus alunos são, em grande parte, pessoas que buscam estas carreiras porque não conseguem entrar nas áreas mais tradicionais e disputadas como a engenharia, a medicina e o direito. Existem, naturalmente, pessoas que buscam as ciências sociais como primeira opção, mas são uma minoria. Isto leva a uma situação em que muitas pessoas com pouca formação anterior vão estudar em faculdades de qualidade duvidosa, sobretudo particulares, e depois procuram um lugar em uma profissão que na realidade é ainda inexistente. Para estas pessoas, a pós-graduação passa a ser a única via de acesso para esta profissionalização. Antes, o processo de seleção ocorria na entrada do ensino superior, nos exames vestibulares; agora, com a ampliação do acesso, esta seleção passou a ser feita nos cursos de pós-graduação.

Este problema é ainda mais sério pelo fato de que a própria ideia de que as ciências sociais sejam uma profissão é questionável. Existe no Brasil uma tendência a pensar que qualquer curso superior está necessariamente ligado a uma profissão organizada, com regulamentação legal, reservas no mercado de trabalho, etc. No entanto, existe uma grande diferença entre profissões como a medicina, a engenharia, direito, serviço social e magistério, que proporcionam serviços conforme técnicas e práticas aprendidas nos respectivos cursos, e áreas de estudo e pesquisa como a biologia, a sociologia ou a física, que são de outra natureza.

Vejo o movimento dos sociólogos reclamando a regulamentação da profissão de sociólogos como resultante da hipertrofia e baixa qualidade do setor, que acaba pressionando os programas de pós-graduação para que proporcionem a formação profissional que os cursos de graduação não dão. A frustração provocada pelos

cursos de graduação de má qualidade acaba se reproduzindo também na pós-graduação, em parte porque ela acaba também se inflacionando para atender à demanda crescente, e em parque porque na realidade a sociologia, como a ciência política, não são carreiras profissionais, e sim de pesquisa, e que por isto mesmo não tem como crescer demasiado.

Esta questão está relacionada ainda a um tema mais geral que é a da falta de distinção entre as diferentes funções que os programas de pós-graduação deveriam cumprir. Me parece que são três estas funções: 1) formação científica de alto nível, acadêmica; 2) formação profissional para o mercado de trabalho, suprindo as deficiências e complementando a formação dos cursos de graduação: e 3) formação de professores para o magistério.

São funções muito distintas, mas acabam confundidas pela suposição geral de que todo o ensino superior deve estar, por um lado, associado à pesquisa, e, por outro, dar uma formação profissional para o mercado de trabalho. Ora, em um sistema de educação superior de massas, as atividades de formação profissional e de pesquisa tendem a se diferenciar. A atividade educacional regular, que traz as pessoas para o nível de conhecimentos técnicos necessários para a atividade profissional, exige um tipo de capacitação específico que o pesquisador muitas vezes não tem. Por outro lado, a atividade de pesquisa tende a ser mais artesanal, desenvolvida por grupos pequenos e formando também um número limitado de pessoas. Quando exigimos que todos os pesquisadores sejam professores, e que todos os que querem se desenvolver profissionalmente façam pesquisa, o que resulta é a situação que temos hoje, em que 20% dos alunos completam suas teses de mestrado, enquanto que 80% não o fazem. Se medirmos a eficiência de nossos programas de mestrado pelo número de teses concluídas em relação ao número de alunos inscritos, veremos que os programas são um fracasso. Mas em áreas mais fortemente profissionalizadas como a engenharia, a pós-graduação funciona de fato como aperfeiçoamento e capacitação para o mercado de trabalho, o que acaba fazendo com que a elaboração de teses deixe de ter prioridade. Então, deixar de fazer a tese pode ser uma indicação do sucesso dos programas em formar pessoas que o mercado de trabalho valoriza, e o fracasso, se existe, é o da pretensão da exigência formal de tese acadêmica para todo mundo. Este problema deixaria de existir se estes mestrados

fossem, claramente, de formação profissional, e não acadêmica. A imposição de um modelo único, de formação cientifica para uma realidade muito mais complexa, diferenciada, é um dos problemas mais sérios da pós-graduação. Pretender fazer de cada aluno universitário, um pesquisador é colocar um ideal, eu diria, absurdo, porque levaria inclusive a forçar o aluno universitário a fazer esse tipo de coisa. A graduação para vários setores da sociedade faz parte hoje de uma maneira de completar a sua educação geral. Cada vez mais, nas classes médias e altas, um rapaz ou uma moça de 18 anos que não entra na universidade fica mal para a família e para os colegas. Alguns deles podem seguir mais adiante carreiras de pesquisa, mas a maioria não o fará. É importante, por isto, pensar de forma diferenciada.

A última dificuldade é a grande precariedade institucional da grande maioria dos programas de pós-graduação. Os programas, como nós sabemos, foram criados à margem do sistema universitário tradicional. Os sistemas universitários tradicionais resistiam ou não entendiam os novos programas, os novos grupos de pessoas, as novas mentalidades. O financiamento destes programas feitos pelo BNDE ou pela FINEP consiste no que em inglês se chama de “soft Money”, o que levou a uma situação de grande instabilidade, porque as agências que financiam e dão estes recursos também estão sujeitas à instabilidade política. Ficamos então na situação em que a pós-graduação no país fica dependendo de saber se o senhor Fulano vai ser ou não sei o quê em tal posição, e se a tal verba vai ser ou não liberada; e com este tipo de coisa estamos arriscados a jogar fora 15 de trabalho e toda uma perspectiva de desenvolvimento da pós-graduação no pais . É importante lembrar que o Primeiro Pano Nacional de Pós-Graduação já assinalava este problema e dizia que isso tinha que ser resolvido. Agora estamos discutindo o Segundo Plano e a situação é quase a mesma,

Em resumo: temos uma pós-graduação já bastante forte, bem desenvolvida em muitas áreas, e os problemas decorrentes do privilégio de quem tem um patrimônio muito melhor do a situação de 20 anos atrás, quando não tínhamos nem os problemas, nem a pós-graduação.